26/04/2013 - Software legalizado pode auxiliar Brasil no aumento da competitividade

Estudo do Fórum Econômico Mundial aponta: Brasil está em 60º lugar no ranking de competitividade no setor de TI

A ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software) alerta empresários e executivos brasileiros sobre a importância de atuar com infraestrutura de TI legalizada para que o setor possa contribuir para o aumento da competitividade do país. De acordo com o 12º Relatório Global de Tecnologia da Informação, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil está em 60º lugar no ranking de competitividade no setor de TI, que avalia a influência e impactos das TIC para o desenvolvimento de 144 países.
No Brasil, a iniciativa conjunta é de responsabilidade do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e da Fundação Dom Cabral. Apesar de ter subido cinco posições em relação à última edição do estudo, o Brasil ficou atrás de vários países da América Latina como Chile, Porto Rico, Barbados, Panamá, Uruguai e Costa Rica. Entre os BRICS, o país ficou atrás da China e Rússia e à frente da Índia e África do Sul. O estudo completo pode ser encontrado no seguinte link: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GITR_Report_2013.pdf
Jorge Sukarie, presidente da ABES, explica a importância da conscientização acerca das vantagens da competição legal. Em março, a ABES lançou a Campanha Empreendedor Legal www.empreendedorlegal.org.br, para combater a concorrência desleal, explorando a importância do uso do software legalizado, em todos os segmentos empresariais, e o respeito à propriedade intelectual. “Ao atuar com suas licenças de software legalizadas, os empresários criam um ambiente de competição justa com seus concorrentes, que investem em tecnologia. Essa atitude contribui para o aumento do emprego e apoia o crescimento econômico, tornando o país mais competitivo”, alerta Sukarie, presidente da ABES.
O Brasil tem superado gargalos estruturais de TI, mas precisa avançar em conformidade com as leis e os direitos intelectuais para se manter competitivo: aponta o diretor presidente do MBC, Erik Camarano. “Os setores público e empresarial brasileiro devem atuar em conjunto para implementar estratégias que permitam a inclusão digital efetiva e legalizada em todo o território nacional, caso contrário corremos o risco de perder competitividade global e não proporcionar à população os benefícios sociais das TIC”, afirma.

Cenário atual
A pirataria de software ainda atinge 53% do mercado nacional, de acordo com pesquisa da BSA - The Software Alliance. Essa atividade anda na contramão do crescimento econômico e da prosperidade do país, contribuindo para o crime organizado e impedindo o crescimento de mercados, investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias, geração de novos empregos e prejudicando a arrecadação de tributos.
De acordo com dados da BSA, se a pirataria fosse reduzida no Brasil em 10 pontos percentuais nos próximos quatro anos, seriam criados mais de 12,3 mil postos de trabalho e mais de US$ 4 bilhões de dólares seriam devolvidos à economia brasileira.
Embora alguns usuários procurem software ilegal para reduzir custos, um estudo do IDC aponta que as chances de infecção por malwares inesperados atingem um a cada três consumidores e três a cada 10 empresas. Como resultado, os consumidores vão gastar 1,5

bilhão de horas e US$ 22 bilhões para identificar, reparar e recuperar seus equipamentos do impacto dos códigos maliciosos (malware), enquanto que empresas transnacionais irão gastar US$ 114 bilhões para lidar com o impacto de um ataque cibernético induzido por malware, quando poderiam investir em desenvolvimento, inovação e novos postos de trabalho.

Sobre a ABES

A ABES, Associação Brasileira das Empresas de Software, é a mais representativa entidade do setor com cerca de 1500 empresas associadas ou conveniadas, distribuídas em 21 estados brasileiros, responsáveis pela geração de mais de 100 mil empregos diretos e um faturamento anual da ordem de USD 14 bilhões por ano. As empresas associadas à ABES representam 90% do faturamento do segmento de desenvolvimento e comercialização de software no Brasil e 33% do faturamento total do setor de TI, equivalente em 2011 a USD 42,5 bilhões de vendas de software, serviços de TI e hardware.

Desde sua fundação, em 9 de setembro de 1986, a entidade exerce a missão de representação setorial nas áreas legislativa e tributária, na proposição e orientação de políticas voltadas ao fortalecimento da cadeia de valor da Indústria Brasileira de Software e Serviços – IBSS, na defesa da propriedade intelectual e combate a pirataria de softwares nacionais ou internacionais e no apoio as iniciativas de fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e ao desenvolvimento do software nacional.

S2Publicom